

PREFÁCIO

Esta coletânea, intitulada *Estudos indígenas: comparações, interpretações e políticas*, reúne nove ensaios realizados por profissionais de várias regiões do país que defenderam suas dissertações e teses sobre populações tradicionais. O que existe ainda em comum entre eles é que as suas pesquisas foram apoiadas pelo Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, e que quase todos/as os/as autores/as fazem parte de um povo indígena – Baniwa, Pareci, Apurinã, Kaingang, Pankararu, Laklãnõ, Taliáseri – como pode ser evidenciado nas respectivas biografias. Os estudos aqui apresentados representam não só o interesse mas o engajamento dos/as autores/as com as temáticas tratadas. Ou seja, os estudos refletem, de um lado, o interesse pessoal de cada autor/a por um campo disciplinar específico e, por outro lado, o interesse do movimento indígena na produção e divulgação de conhecimentos sobre a situação dos povos indígenas do Brasil.

Gersem José dos Santos Luciano, Baniwa do Alto rio Negro no Amazonas, questiona a participação indígena em projetos desenvolvimento e a implementação de projetos de desenvolvimento. Como profundo conhecedor de sua região e dos projetos desenvolvidos nas comunidades do rio Negro, discute o sucesso desses projetos, o sentido de participação dos índios nessas experiências e, sobretudo, o conhecimento das comunidades indígenas das negociações e discussões sobre as possibilidades de desenvolvimento local. Nesse sentido, os campos e os atores políticos estão bem delimitados. O estudo antropológico faz uma caracterização dos “agentes de desenvolvimento”, representantes do Estado e/ou organizações não governamentais, bem como apresenta os requisitos que os beneficiários, os índios, devem preencher para sentar na mesa de negociações. Um desses requisitos é a participação. Esse envolvimento está medido, evidentemente, por parâmetros elaborados pelos agentes do desenvolvimento, o que influi nas condições de financiamento. Por fim, o autor afirma nas conclusões que “que, mesmo os projetos considerados inovadores pelos índios e seus parceiros, pautados pelas noções reformistas de desenvolvimento alternativo, desenvolvimento sustentável e etnodesenvolvimento, estão longe de romper a histórica perspectiva integracionista e civilizatória do rio Negro imposta pelos agentes colonizadores. Proponho que, na análise, o primeiro passo é reconhecer essa realidade, para desconstruir discursos que, de forma sutil e muitas vezes inconsciente, escondem as muitas faces dessa realidade, reduzindo as possibilidades de os povos indígenas buscarem estratégias mais adequadas e eficientes para garantir maior equilíbrio na correlação de forças”. O autor chega a afirmar que a participação indígena “tem sido mero detalhe formal” para legitimar os

processos de negociação. A contribuição de Gersem está justamente no desvendamento dos aspectos políticos que os povos indígenas têm necessidade de conhecer e dominar nesses processos de negociação

O trabalho de Francisca Navantino Pinto de Ângelo, do povo Pareci do Mato Grosso, sobre as escolas indígenas no Mato Grosso, busca documentar a sua situação durante o período de 1996 a 2002. Esse tempo foi marcado pela implementação das políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, dentro de uma perspectiva de escolas específicas, diferenciadas e interculturais. Esse estudo é pioneiro por sistematizar esses acontecimentos, na medida em que faz uma retrospectiva analítica das diversas etapas de aquisição de uma prática de gestão de uma rede de educação escolar indígena por parte do Estado e que discute a implementação de uma política pública com características especiais relacionada aos povos indígenas.

Mostra como o diálogo com o Estado não foi um processo simples, pela necessidade de um entendimento e de uma compreensão de aspectos culturais por parte deste e pelo fato de o procedimento ser pioneiro nas políticas públicas. Nesse sentido, o texto aponta os principais eventos desse processo e dos mecanismos que mediaram essas relações. Ainda, no artigo, a autora retoma as principais discussões ocorridas na implementação do Projeto Tucum de formação de professores indígenas, em que o Estado do Mato Grosso foi pioneiro, ao imprimir um caráter inovador e possibilitar um debate importante sobre a gestão escolar no âmbito da educação indígena.

Cleube Alves da Silva, do Tocantins, o único autor não indígena, assina o terceiro texto, desenvolvendo um trabalho sobre a história dos Akwen no Brasil Central. Com esse estudo, relança uma discussão sobre como repensar a história dos índios e sobre o debate em torno de uma etnohistória. Estabelece também uma interface dos processos históricos e da organização cultural dos índios, valorizando as evidências empíricas e tratando-as numa perspectiva interdisciplinar. Ao fazê-lo, cria outras possibilidades de análise sobre o contato interétnico e sobre as transformações ocorridas entre os povos indígenas durante o Período Colonial. Ou seja, procura eliminar na narrativa histórica, aquela imagem dos índios como passivos e impotentes. Uma visão que impõe apenas a dominação dos portugueses sobre os povos indígenas. Na sua análise, Cleube mostra os índios como sujeitos nas diversas realidades e contextos, além de mostrar de que forma, no processo de contato com os brancos -- portanto, em um processo dinâmico de relações interétnicas -- eles souberam reelaborar valores, culturas, interesses, objetivos e até identidades, o que possibilitou a sua sobrevivência física e cultural. “Muitos trabalhos”, diz Cleube, “já debateram os contatos entre os Akwen e os luso-brasileiros sob a perspectiva da resistência, uma

abordagem insuficiente para dar conta da complexidade que envolvia os embates e, sobretudo, inadequada para perceber a criatividade dos povos indígenas no diálogo com os conquistadores.”

Conservação ambiental, renda familiar, usos comunitários e as questões da sustentabilidade na produção agrícola de populações tradicionais da Amazônia são os temas centrais do trabalho de Francisco Kennedy Araújo de Souza, Apurinã. Duas questões foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo, realizado de forma comparativa, em três áreas distintas, com características semelhantes: a primeira está relacionada aos modelos comunitários rurais (extrativistas, agro-extrativistas e colonos), a segunda diz respeito à eficiência desses modelos para balancear objetivos econômicos e de conservação florestal. O estudo foi realizado no Acre, onde, desde 1999, uma proposta de política pública denominada “governo da floresta” tem buscado consolidar um modelo de desenvolvimento baseado no uso sustentável dos recursos naturais. Essa pesquisa representou uma rara oportunidade para avaliar se áreas manejadas por comunidades extrativistas, agro-extrativistas, e colonos podem efetivamente contribuir para a redução da desigualdade econômica e a manutenção dos ecossistemas florestais. As perguntas com as quais o autor trabalha são as seguintes: (1) Qual a efetividade econômica e ambiental (medidas respectivamente por viabilidade econômica e percentual de desmatamento) dos três modelos comunitários analisados? (2) Qual é a estratégia florestal mais eficiente economicamente: manejo madeireiro ou não madeireiro? (3) A eficiência econômica das comunidades tem contribuído para aumentar o desmatamento? Os resultados certamente contribuirão para mostrar o potencial econômico e ambiental desses modelos comunitários existentes na Amazônia e para o planejamento culturalmente adequado para atividades econômicas nas áreas do Estado.

Julio Cezar Inácio, Kaingang do Rio Grande do Sul, apresenta um estudo sobre a Terra Indígena de Ligeiro, utilizando a metodologia produzida pelos estudos de ecologia de paisagem, que tem sido utilizada em diversas áreas no Brasil, para realizar diagnósticos ambientais e dar apoio à gestão de grandes extensões de terras. A Terra Indígena de Ligeiro situa-se nos terrenos dissecados do vale do rio Uruguai, na região de interface do Planalto das Araucárias e o das Missões, os quais fazem parte do Planalto Meridional no Rio Grande do Sul. Essa metodologia está associada à utilização de sistemas de geoprocessamento, permitindo uma reciprocidade entre conceito e objeto pertinentes a cada escala de análise, associados ao uso de sistemas de geoinformações. Isso possibilita que a investigação não só produza dados conceitualmente coerentes com modelos que se explicam em escalas locais, como um maior conhecimento sobre o potencial dos solos de uma área específica. O

estudo de Júlio César amplia os conhecimentos específicos sobre o solo e as possibilidades de desenvolvimento aliadas a uma prática sustentável de manejo na Terra Indígena de Ligeiro.

Maria das Dores de Oliveira, Pankararu de Pernambuco apresenta um estudo lingüístico de extrema importância e mereceria até um prêmio, pois recupera uma língua em vias de desaparecimento, tal como preconizado no programa da UNESCO. Maria das Dores, juntamente com a comunidade Ofayé, e principalmente a professora indígena Marilda, desenvolve a descrição fonética e fonológica da língua, propondo uma grafia para a língua ofayé. É um trabalho de fôlego entre os estudos lingüísticos das línguas macro-jê.

O estudo lingüístico apresentado por Nanblá Gakran, sobre a língua laklãnõ, é o segundo texto sobre uma língua indígena nesse volume que, como a língua ofayé, também se encontra ameaçada de extinção. Nesse sentido, os dois estudos vêm contribuir para a revitalização dessas línguas. Nanblá apresenta resultados de um estudo morfossintático da língua laklãnõ, especificamente sobre a “marca de aspecto” e a “oração intransitiva”. Em laklãnõ, de acordo com o autor, há um conjunto de marcas de aspecto, algumas delas derivadas de verbos, que são presença obrigatória na oração independente, aparecendo sempre no final da frase, e que devem revelar aspectos relacionados à posição física do sujeito ou objeto em relação à ação expressa pelo verbo. Essa característica da língua laklãnõ foi aprofundada nesse estudo, possibilitando um entedimento maior sobre as relações sociais do povo Laklãnõ, conhecido também como Xokleng de Santa Catarina.

As medidas de tempo e o sistema numérico são abordados na pesquisa de Adão Oliveira, Taliáseri do rio Negro, realizada entre os membros do clã Mali Makaliapi, da etnia Taliáseri (povo conhecido como Tariano, na literatura antropológica), na comunidade de Ditalipukipe, Aracapé, no Baixo Rio Papuri, afluente do rio Uaupés, na região do Alto Rio Negro. Esse estudo situa-se dentro do campo disciplinar da Etnomatemática. O trabalho de Adão, professor indígena de Matemática na Escola São Miguel de Iauaretê, dará um novo rumo aos estudos na região, ampliando assim o conhecimento e oferecendo pistas para outros professores indígenas trabalharem nas suas escolas. O foco é a mensuração do tempo e o sistema numérico, que servem para organizar as atividades econômicas como agricultura e pesca e as atividades de subsistência.

O último artigo dessa coletânea versa sobre gestão territorial e organização política, de autoria de Paulo Celso de Oliveira, Pankararu. O seu trabalho apresenta as concepções dos indígenas sobre os territórios, evidenciando a sua natureza diferenciada e coletiva, além de abordar o conflito de jurisdição entre o Estado e os povos indígenas. Procura

também demonstrar que o Estado nacional criou um modelo jurídico para proteger os interesses voltados apenas para a exploração econômica das terras indígenas. Entender a organização social indígena e os modelos próprios de gerenciar esses espaços faz parte das reflexões desenvolvidas no artigo.

Certamente os estudos apresentados no livro são de grande interesse do movimento indígena e dos professores que atuam nas escolas indígenas, na medida em que a sua publicação permite que sejam socializados. Sem dúvida, divulgar esses trabalhos nos mais diversos setores de produção de conhecimento, os estudos lingüísticos, sobre manejo e adequação de solos de terras indígenas, de história e etnohistória, matemática indígena, gestão de territórios por organizações indígenas e o apoio jurídico para a adequação da gestão nestas áreas mediante modelos próprios de governos indígenas são de grande interesse não só para o movimento indígena, mas também integram as principais discussões sobre o tema no país.

Nesse sentido, o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, ao ter selecionado esses autores para uma bolsa de mestrado e doutorado, levou em consideração esses interesses específicos, para estabelecer um programa de ação afirmativa que pudesse mudar o perfil da pós-graduação no Brasil. Os programas de pós-graduação que receberam esses pesquisadores ampliaram, sem qualquer dúvida, as suas linhas de pesquisa, tendo em vista a qualidade e o interesse acadêmico dos trabalhos.

Renato Athias
Antropólogo, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia
da Universidade Federal de Pernambuco